

 **WEB JORNALISMO**

03

• UOL

**Ex-PM tem pena aumentada por furto de rocambole em supermercado da PB**

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/03/ex-pm-tem-pena-aumentada-por-furto-de-rocambole-em-supermercado-da-pb.htm>

07

• MAIS PB

**Agreste pode ficar sem atendimento da DPE**

<https://www.maispb.com.br/416956/municipios-do-agreste-podem-ficar-sem-atendimento-da-defensoria-publica.html>

• TÁ NA ÁREA

**Por falta de sala, população pode ficar sem atendimento da Defensoria Pública em Araruna e Região**

<https://www.tanaarea.com.br/paraiba/por-falta-de-sala-populacao-pode-ficar-sem-atendimento-da-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao/>

• PORTAL DO LITORAL PB

**Por falta de sala, população pode ficar sem atendimento da Defensoria Pública em Araruna e Região**

<http://www.portaldolitoralpb.com.br/por-falta-de-sala-populacao-pode-ficar-sem-atendimento-da-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao/>

• ELTON SANTANA

**Por falta de sala, população pode ficar sem atendimento da Defensoria Pública em Araruna e Região**

<http://eltonsantana.com.br/2019/10/07/por-falta-de-sala-populacao-pode-ficar-sem-atendimento-da-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao/>

• SOLÂNEA ONLINE

**Por falta de sala, população pode ficar sem atendimento da Defensoria Pública em Araruna e Região**

[Por falta de sala, população pode ficar sem atendimento da Defensoria Pública em Araruna e Região](http://por-falta-de-sala-populacao-pode-ficar-sem-atendimento-da-Defensoria-Publica-em-Araruna-e-Regiao)

• CÂNDIDO NÓBREGA

**Assistidos pela Defensoria Pública em Araruna e Região podem ficar sem atendimento**

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/8023/2019/10/07/assistidos-pela-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao-podem-ficar-sem-atendimento>

• FOCANDO A NOTÍCIA

**Por falta de sala, população pode ficar sem atendimento da Defensoria Pública em Araruna e Região**

<https://www.focandoanoticia.com.br/por-falta-de-sala-populacao-pode-ficar-sem-atendimento-da-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao/>

• DIÁRIO DA PARAÍBA

**Juíza dá “ordem de despejo” para Defensoria Pública em Araruna**

<https://diariodapb.com.br/juiza-da-ordem-de-despejo-para-defensoria-publica-em-araruna/>

• FAROL CORPORATIVO

**Assistidos pela Defensoria Pública em Araruna e Região podem ficar sem atendimento**

<http://farolcorporativo.com.br/portal/assistidos-pela-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao-podem-ficar-sem-atendimento/>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

**Assistidos pela Defensoria Pública em Araruna e Região podem ficar sem atendimento**

<http://experienciajuridica.com.br/assistidos-pela-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao-podem-ficar-sem-atendimento/>

• PARAÍBA.COM

**Por falta de sala, população pode ficar sem atendimento da Defensoria Pública em Araruna e região**

<http://farolcorporativo.com.br/portal/defensoria-publica-conclui-levantamento-na-penitenciaria-silvio-porto-em-joao-pessoa/>

08

• PORTAL TV CARIRI

## Assistidos pela Defensoria Pública em Araruna e Região podem ficar sem atendimento

<https://www.portaltvcariri.com.br/assistidos-pela-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao-podem-ficar-sem-atendimento/>

• CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Democracia participativa no sistema de justiça é tema de audiência

<https://www.camara.leg.br/noticias/595002-democracia-participativa-no-sistema-de-justica-e-tema-de-audiencia/>

• REPÓRTER PB

## Assistidos pela Defensoria Pública em Araruna e Região podem ficar sem atendimento

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/paraiba/2019/10/08/assistidos-pela-defensoria-publica-em-araruna-e-regiao-podem-ficar-sem-atendimento/Ass/95560.html>

10

• PARAÍBA.COM

## Defensoria realiza ação para regularizar certidões de nascimento sem o nome do pai

<http://paraiba.com.br/2019/10/10/defensoria-realiza-acao-para-regularizar-certidoes-de-nascimento-sem-o-nome-do-pai/>

• ANADEP

## PB: DPE realiza palestras sobre prevenção e combate ao câncer de mama

<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=42323>

• RÚBENS NÓBREGA

## Prefeitura e famílias podem chegar a um acordo na próxima semana

<http://rubensnobrega.com.br/2019/10/10/prefeitura-e-familias-podem-chegar-a-um-acordo-na-proxima-semana/#more-17960>

11

• PORTAL CORREIO

## Ação vai regularizar certidões de crianças sem pai no registro

<https://portalcorreio.com.br/acao-vai-regularizar-certidoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>

• PARAÍBA ONLINE

## Defensores públicos da Paraíba doam insumos ao Hospital Napoleão Laureano

<https://paraibaonline.com.br/2019/10/defensores-publicos-da-paraiba-doam-insumos-ao-hospital-napoleao-laureano/>

• PARAÍBA.COM

## Defensores públicos da Paraíba doam insumos ao Hospital Napoleão Laureano

<http://paraiba.com.br/2019/10/11/defensores-publicos-da-paraiba-doam-insumos-ao-hospital-napoleao-laureano/>

• BLOG MÁRCIO RANGEL

## Defensores públicos da Paraíba doam insumos ao Hospital Napoleão Laureano

<http://www.blogdomarciorangel.com.br/2019/10/defensores-publicos-da-paraiba-doam-insumos-ao-hospital-napoleao-laureano.html>

16

• MAIS PB

## Defensoria realiza mutirão em Piancó

<https://www.maispb.com.br/419115/defensoria-publica-realiza-mutirao-em-pianco.html>

• DIÁRIO DO SERTÃO

## Defensoria Pública irá realizar mutirão de atendimentos para a população em Piancó

<https://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/442196/defensoria-publica-ira-realizar-mutirao-de-atendimentos-para-a-populacao-em-pianco.html>

17

• PARAÍBA.COM

## ECA comemora 29 anos de existência com festival de teatro e dança na Lagoa

<http://paraiba.com.br/2019/10/17/eca-comemora-29-anos-de-existencia-com-festival-de-teatro-danca-e-musica-na-lagoa/>

19

• CÂNDIDO NÓBREGA

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/8057/2019/10/19/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito>

• FAROL CORPORATIVO

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<http://farolcorporativo.com.br/portal/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• SISCREB

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<http://www.siscredbrasil.com.br/site/visualizar-noticia.php?id=12283>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<http://experienciajuridica.com.br/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• PORTAL JURISTAS

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://juristas.com.br/2019/10/19/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• ELTON SANTANA

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<http://eltonsantana.com.br/2019/10/19/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• ESTADO PB

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://estadopb.com.br/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• TÁ NA ÁREA

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://www.tanaarea.com.br/paraiba/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• PORTAL DO LITORAL PB

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<http://www.portaldolitoralpb.com.br/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• PARAÍBA.COM

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<http://paraiba.com.br/2019/10/19/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• PARLAMENTO PB

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://parlamentopb.com.br/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-funcionara-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• MAIS PB

## Defensoria leva Núcleo para antiga faculdade

<https://www.maispb.com.br/419967/defensoria-leva-nucleo-para-antiga-faculdade.html>

• FONTE 83

## Atendimento da Defensoria Pública em JP passa a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://fonte83.com.br/atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passa-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• PB AGORA

## Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• NOTÍCIA EXTRA

## Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://www.noticiaextra.com/as-extras/nucleo-de-atendimento-da-defensoria-publica-em-jp-passara-a-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito/>

• PORTAL CORREIO

## Atendimento da Defensoria Pública muda de endereço

<https://portalcorreio.com.br/atendimento-defensoria-publica-muda-endereco/>

20

21

• OAB-PB

## Comissão da OAB-PB e Fórum Estadual pela Diversidade Religiosa realizam reunião conjunta

<https://portal.oabpb.org.br/exibe-noticia.php?codigo=10653>

• CLICK PB

## Atendimento da Defensoria Pública em JP passará a funcionar na antiga Faculdade de Direito

<https://www.clickpb.com.br/paraiba/atendimento-da-defensoria-publica-em-qp-passara-funcionar-na-antiga-faculdade-de-direito-270273.html>

23

• PARAÍBA.COM

## Governo encaminha projeto de lei à AL que cria Comissão de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade

<http://paraiba.com.br/2019/10/23/governo-encaminha-projeto-de-lei-a-al-que-cria-comissao-de-prevencao-a-violencia-no-campo-e-na-cidade/>

24

• PARAÍBA.COM

## DPE pede liberdade de agricultora presa há mais de um ano acusada de jogar pedra em telhado de residência

<http://paraiba.com.br/2019/10/24/dpe-pede-liberdade-de-agricultora-presa-ha-mais-de-um-ano-acusada-de-jogar-pedra-em-telhado-de-residencia/>

• PAUTA PB

## João Pessoa sedia reunião do colegiado nacional de defensores públicos gerais nesta sexta-feira

<http://pautapb.com.br/2019/10/24/joao-pessoa-sedia-reuniao-do-colegiado-nacional-de-defensores-publicos/>

25

• PARAÍBA.COM

## Em Cajazeiras: órgãos e entidades se unem para combater intolerância religiosa

<http://paraiba.com.br/2019/10/25/em-cajazeiras-orgaos-e-entidades-se-unem-para-combater-intolerancia-religiosa/>

• BLOG MÁRCIO RANGEL

## Em Cajazeiras/PB: órgãos e entidades se unem para combater intolerância religiosa

<http://www.blogdomarciorangel.com.br/2019/10/em-cajazeiras-pb-orgaos-e-entidades-se-unem-para-combater-intolerancia-religiosa.html>

• RADAR SERTANEJO

## Cajazeiras: órgãos e entidades se unem para combater intolerância religiosa

<https://www.radarsertanejo.com/2019/10/25/cajazeiras-orgaos-e-entidades-se-unem-para-combater-intolerancia-religiosa/>

• DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

## Condege se reúne com o governador da PB e realiza 34ª reunião do colegiado

<http://www.defensoria.rr.def.br/comunicação/noticias/2713-condege-se-reune-com-o-governador-da-pb-e-realiza-34-reuniao-do-colegiado>

27

• PARAÍBA ONLINE

## Governo da Paraíba cria Comissão de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade

<https://paraibaonline.com.br/2019/10/governo-da-paraiba-cria-comissao-de-prevencao-a-violencia-no-campo-e-na-cidade/>

30

• MAIS PB

## Defensoria Pública abre seleção para estágio

<https://www.maispb.com.br/422275/defensoria-publica-abre-selecao-para-estagio.html>

31

• PARAÍBA.COM

## Defensoria Pública do Estado abre seleção para vaga de estágio em Patos

<http://paraiba.com.br/2019/10/31/defensoria-publica-do-estado-abre-selecao-para-vaga-de-estagio-em-patos/>

## Governo realiza Mutirão de Renegociação de Dívidas nos Bancários

<http://paraiba.com.br/2019/10/31/governo-realiza-mutirao-de-renegociacao-de-dividas-nos-bancarios/>



## TELEVISÃO

10

• TV CABO BRANCO / JPB1

## Entenda como funciona o pedido de pensão alimentícia

<https://globoplay.globo.com/v/7992377/programa/>



# 12

• TV CABO BRANCO / JPB1

## Ação regulariza certidões de nascimento de crianças e adolescentes em João Pessoa

<https://globoplay.globo.com/v/7997598/programa/>



# 14

TV CABO BRANCO / BOM DIA PB

## Criança com paralisia cerebral precisa de doações para fazer cirurgia

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/edicao/2019/10/14/videos-bom-dia-paraiba-desta-segunda-feira-14-de-outubro.ghtml>



**COMBATE AO DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS**

# Programa será lançado em CG

EDNALDO ARAÚJO

O Comitê **Interinstitucional de Combate ao Desaparecimento de Crianças e de Adolescentes** se reuniu no Tribunal de Justiça da Paraíba para debater a execução do Projeto Cidadania de Primeira, que visa garantir a identificação civil de crianças e adolescentes. O programa será lançado em novembro em Campina Grande.

Outro ponto discutido foi a divulgação da identificação de crianças, em pulseiras, quando frequentarem praias. Esse trabalho já é feito pelo Corpo de Bombeiros, mas será potencializado pelo Comitê. O encontro de trabalho contou com a participação do presidente do TJPB, desembargador Márcio

Murilo da Cunha Ramos, e do corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

O coordenador do Comitê Interinstitucional e titular do Juizado Auxiliar da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande, Hugo Zaher, destacou a importância de se buscar cada vez mais parceiros comprometidos com a causa.

Sobre o Projeto Cidadania de Primeira, que visa o fomento da expedição de identificação civil de crianças e adolescentes, com ênfase nas crianças que estão na primeira infância, ou seja, de zero a seis anos, o juiz Hugo Zaher informou que em Campina existem 39 creches municipais, cada



**Planejamento.** No TJPB, Comitê discutiu a execução de projeto

uma com média de 120 alunos a partir de quatro meses de idade, até cinco anos. “Vamos iniciar a ação por este segmento, em parceria com o Instituto de Polícia Científica (IPC) e a Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer (Sejel)”, afirmou.

Também estiveram presentes representantes do MP, PF,

PRF, Defensoria Pública da União, OAB-PB, Anoreg, Seds, Assembleia Legislativa, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico e Desaparecimento de Pessoas, IPC, PM, Corpo de Bombeiros, além de outras secretarias estaduais e conselhos ligados à defesa da criança e do adolescente.

**INSPEÇÃO EM CASAS DE ACOLHIDA**

## 2ª etapa de audiência concentrada

A segunda etapa das audiências concentradas nas instituições de acolhimento teve início na comarca de João Pessoa, relativas ao mês de outubro. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essas audiências ocorrem, preferencialmente, nos meses de março e outubro de cada ano, com avaliação trimestral, pelo juiz e equipe interprofissional, dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) de cada criança e adolescente acolhidos.

As audiências são presididas pelo juiz Adhailton Lacet Porto, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e também gestor da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba (Coinju). Estão previstas as oitivas de 114 crianças e adolescentes que se encontram nas oito instituições governamentais e não-governamentais e também famílias acolhedoras na cidade de João Pessoa.

Participam das audiências, além do juiz, o representante do MP, da **Defensoria**, integrantes das equipes multidisciplinares, equipes técnicas das casas de acolhida, Conselhos Tutelares, Cras e Creas, Secretarias Municipais da Saúde, Habitação e Assistência Social, Comissão de Defesa das Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), diretoras e professoras das escolas públicas, além de parentes e responsáveis pelos acolhidos.

### INSTITUIÇÕES

> As audiências concentradas acontecerão até o dia 16 de outubro nas instituições Morada do Betinho, Casa Shalon, Casa Lar Manaira, Fundação Padre Pio de Pietrelcina, Lar da Criança Jesus de Nazaré, Casa de Acolhida Feminina, Casa de Passagem, além das oito famílias acolhedoras existentes na Capital.



## Ressocialização nos presídios

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Administração Penitenciária (Seap), firmou convênio com o Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, Defensoria Pública, Pastoral Carcerária, dentre outros parceiros, com a finalidade de levar aos detentos serviços que possam suprir as necessidades de saúde dental, médica, assistências jurídica, psicológica, social, entre outros. Os serviços serão oferecidos por meio dos alunos do Unipê e do projeto de Pesquisa e Extensão da Defensoria Pública – “Exceção Penal Além do Cárcere”.

O projeto-piloto terá início na Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão (Máxima de Mangabeira), localizada no bairro de Mangabeira, onde já existem instalações físicas e estruturas adequadas para abrigar os serviços a serem oferecidos. Além disso, novos espaços serão construídos para melhor atender os diversos cursos contemplados, a exemplo do curso de Designer de Moda, no qual os alunos terão a oportunidade de desenvolver projetos na Fábrica de Corte e Costura Industrial que se encontra em fase de conclusão e contará com 19 máquinas operadas por reeducandos que serão capacitados por instituição contratada dentro do

Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – Procap.

Os parceiros do convênio não só irão contribuir disponibilizando profissionais da área e dando suporte na supervisão dos serviços como, por exemplo, no caso da assistência jurídica, que terá a parceria da Defensoria Pública, mas também investindo nas melhorias físicas e estruturais dos espaços que servirão para atender os detentos, tanto da Máxima de Mangabeira, como em outras unidades prisionais que serão ao longo da parceria capacitadas para atender ao convênio e sua proposta assistencial e inovadora.

João Rosas, diretor da Máxima de Mangabeira, disse que o projeto fortalece o eixo de ressocialização que vem sendo trabalhado dentro das unidades prisionais, com o objetivo de levar cidadania aos reeducandos, por meio dos profissionais e estudantes envolvidos no projeto. Ele disse ainda que os estudantes poderão vivenciar experiências práticas enriquecedoras, pois a unidade prisional é campo de atuação desses futuros operadores do Direito, assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais, contribuindo dessa forma, com uma contenção mais qualificada e humanizada.

# Ação regulariza certidões de nascimento sem nome do pai

Atendimento acontecerá amanhã, na Lagoa do Parque Solon de Lucena, dentro da programação do Dia de Brincar

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) realiza amanhã, na Lagoa, uma ação voltada à regularização das certidões de nascimento de crianças e adolescentes que não possuem o nome do pai no registro. Denominada Paternidade Responsável, a ação é coordenada pelo Núcleo Especializado da Criança e do Adolescente (Neca) e faz parte da programação do evento Dia de Brincar e Ser Feliz, realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

De acordo com o coordenador do Núcleo, o defensor público Antônio Nery de Luna Freire, a ação é destinada a qualquer filho que não possui o nome do pai na certidão. O atendimento acontecerá das 13h às 17h e, para ser atendido, basta levar a certidão de nascimento e realizar um cadastro.

"Nos casos em que a paternidade é conhecida, mas o nome não consta no documento, a Defensoria Pública pode regularizar a situação de maneira amigável. Caso a paternidade seja duvidosa ou pai desconhecido, então ingressaremos com uma ação de investigação de paternidade, onde será realizado exame de DNA para a conclusão da paternidade", explicou o defensor.

Na Paraíba, 30.573 alunos matriculados na rede pública de ensino, de 0 a 17 anos, não possuem o nome do pai no registro de nascimento, de acordo com o Censo Escolar 2018. Os dados levam em conta matrículas das redes estadual e municipal e preocupam a Defensoria Pública, que realiza e planeja ações como a Paternidade Responsável para ajudar a minimizar esse quadro.

## Dia de Brincar

No evento realizado pela PMJP, as famílias que forem a Lagoa a partir das 14h terão oportunidade de assistir a espetáculos de música, teatro e circo no Parque da Lagoa. As crianças poderão acessar gratuitamente brinquedos como pula-pula, piscina de bolinhas e outros fixos e infláveis que estarão espalhados pelo parque, além da distribuição de picolés, sacolinhas, água e kits de escovação.

# Parceria fortalecerá trabalho de ressocialização de presos

“Além do Cárcere” levará serviços essenciais a apenados na Paraíba através da atuação de alunos do Unipê

**Juliana Cavalcanti**  
Especial para A União

A Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão (Máxima de Mangabeira), em João Pessoa, vai receber o Projeto de Pesquisa e Extensão “Execução Penal Além do Cárcere”, desenvolvido pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) e Pastoral Carcerária. Esta será a primeira unidade prisional do Estado a participar do convênio, assinado esta semana.

De acordo com a DPE-PB, a iniciativa tem o objetivo de assegurar aos reeducandos “o exercício de seus direitos e garantias fundamentais, além de capacitar estudantes para a prática em execução penal e desenvolver a visão sob a perspectiva da defesa”. Os primeiros participantes serão os estudantes do curso de Direito da instituição. Ao todo, 10 alunos serão selecionados no processo a ser lançado por meio de um edital ainda este ano. Após a escolha, acontecerá a capacitação pela Defensoria, planejada para 2020.

O convênio tem o apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap). Conforme a Seap, a finalidade é levar aos detentos os serviços considerados essenciais, como saúde dental, médica, assistências jurídica, psicológica, social, entre outros. As atividades serão realizadas pelos alunos do Unipê habilitados para a Pesquisa e Extensão da Defensoria Pública. Inicialmente, apenas os estudantes de Direito estarão autorizados a participar. Porém, a meta é incluir também os cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Administração e Engenharia Civil. Os participantes irão fazer a prática dentro do estabelecimento penal.

Até o final deste mês os envolvidos no convênio irão se reunir para traçar o cronograma de execução inicial do projeto. Segundo a defensora pública, gerente de Articulação com Estabelecimentos Penais da DPE e coautora do “Execução Penal Além do Cárcere”, Aline Sales, o projeto busca proporcionar uma visão crítica sobre o Sistema Penitenciário, o perfil do reeducando, a legislação vigente sobre Execução Penal e a participação da sociedade e das instituições em políticas públicas para melhorias do sistema. “Dentro do estabelecimento prisional, temos pessoas que precisam de atenção da sociedade. Então, quando nós



Foto: Divulgação

O projeto é uma união de esforços da Defensoria Pública, do Unipê e da Pastoral Carcerária e vai atender, a princípio, os apenados da Máxima de Mangabeira, que já possui instalações adequadas

levamos a sociedade para dentro do estabelecimento prisional, não só do curso de Direito, mas também de outros, traz uma visão de que aquelas pessoas que

precisam de um atendimento diferenciado, precisam de uma oportunidade para

que possam ser reintegradas. O projeto busca muito isso: abrir a visão para que

os alunos mudem o perfil que eles têm dos reeducandos,” descreveu.

## + Instalação adequada

De acordo com a Secretaria, a Penitenciária Geraldo Beltrão foi escolhida a pioneira deste projeto por já possuir as instalações adequadas para abrigar os serviços que serão oferecidos. Outros espaços ainda serão construídos conforme a iniciativa vai sendo expandida. Um exemplo é o curso de Designer de Moda, cujos alunos poderão desenvolver projetos na Fábrica de Corte e Costura Industrial (em fase de conclusão) onde 19 máquinas serão operadas pelos reeducandos, que serão capacitados por uma instituição do Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes (Procap).

Segundo o diretor da Máxima de Mangabeira, João Rosas, o projeto fortalece a ressocialização que vem sendo trabalhada dentro das unidades prisionais, com o objetivo de levar cidadania aos reeducandos, por meio dos profissionais e estudantes envolvidos. Ele acredita que os alunos poderão vivenciar experiências práticas enriquecedoras, pois as penitenciárias fazem parte do campo de atuação dos futuros advogados, assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais, o que contribui para uma melhor formação acadêmica.

O secretário da Administração Penitenciária, Sérgio Fonseca, ressaltou a importância da ressocialização do preso e da união de esforços para encontrar uma solução para o problema da questão penitenciária. “Muitas vezes, quem está fora acha que o preso tem que ser esquecido, e não é assim. Nós não temos pena de morte no Brasil, não temos prisão perpétua e esse reeducando vai retornar à sociedade. Eu só acredito em ressocialização quando a gente inicia com aquele preso do regime fechado (...) Nós precisamos alcançar aquele reeducando que está dentro do cárcere e a gente acredita nisso: na união de esforços, cada um dando as mãos”, pontuou.

A Paraíba conta atualmente com 78 unidades prisionais e 12.176 presos sendo a maioria (10.562), em regime fechado. (Dados de agosto deste ano). Quase todas as instituições de ensino superior do Estado possuem convênios com a Defensoria Pública através do programa de estágio e, agora, com a pesquisa e extensão.

## Intenção é expandir a outras unidades

A defensora pública Aline Sales explica que o “Execução Penal Além do Cárcere” pretende inserir os alunos das universidades dentro do sistema prisional para que haja uma desmistificação deste sistema perante a sociedade. “Sabemos que é da universidade que parte a formação de opiniões. A prática começa com uma capacitação em defensoria pública e execução penal. Depois, os estudantes vão assistir audiências judiciais e fazer a prática em execução; fazer o mapeamento do presídio e traçar o perfil do apenado por amostragem. No final, vai ser feita a produção de relatórios e um círculo de encontros para que haja um apanhado do projeto. Após isso, aos poucos, vamos estender para os demais cursos e também para os outros estabelecimentos penais”, esclareceu.

Aline Sales acrescenta que a dinâmica de cada curso é que irá determinar quais atividades práticas serão realizadas, pois estas seguirão as disciplinas de cada graduação. “Por exemplo, na penitenciária que vai ser o piloto, que é a Geraldo Beltrão, tem um laboratório onde é feito o atendimento odontológico e lá pode ser feita também a prática com os alunos de Odontologia. No Silvio Porto, tem uma equipe de saúde prisional que tem médico, enfermeiro, assistente social e psicólogo e pode também ser estendido. No caso de Medicina, pode-se fazer um internato, e nos demais cursos, as ações práticas dentro do estabelecimento prisional”, analisa.

“Na Máxima, está sen-

do executada uma parceria com a Cidade Viva e o Poder Judiciário para ser colocado um projeto de costura para os reeducandos. O Unipê tem um curso de moda que vai fazer com que os alunos façam um acompanhamento, na prática, junto aos reeducandos”, informou.

Os demais integrantes do convênio poderão contribuir disponibilizando profissionais da área e dando suporte na supervisão. A assistência jurídica (primeira ação) terá o apoio da Defensoria Pública, além de investimentos nas partes estruturais dos espaços que servirão para atender os detentos, tanto da Máxima de Mangabeira, como em outras unidades prisionais que futuramente também serão beneficiadas com a proposta.

### Quatro eixos

Na área de atuação do curso de Direito, o projeto de pesquisa e extensão será implantado sob quatro eixos: capacitação de estudantes, prática em execução penal, mapeamento do estabelecimento penal e elaboração de relatório. Um desses pontos, a prática em execução penal, por exemplo, irá promover a participação dos alunos em audiências judiciais, o atendimento em estabelecimento penal e elaboração de peças, através de caso prático, contando com a supervisão dos defensores.

Por meio do mapeamento (outra etapa), será possível realizar um levantamento do perfil das pessoas privadas de liberdade, verificando o índice de reincidência, grau de escolaridade, estrutura familiar, cor, moradia, profis-

são, drogas, doenças, religião, dentre outros aspectos.

### Parceria

Durante a celebração do convênio, o defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, destacou a importância das ações desenvolvidas nos presídios e a união com o Unipê para concretizar a iniciativa. “Desejamos que este projeto que se inicia aqui seja só o início e que alcance todas as unidades prisionais do Estado”, comemorou o DPG.

Já a pró-reitora do Unipê, Mariana de Brito Barbosa, afirmou no evento que deseja estender o projeto, incluindo outros cursos da instituição. “O objetivo da universidade é poder auxiliar no processo de transformação social. De nada adianta a gente ficar no pensamento teórico, nos muros da universidade e não se aproximar dessa sociedade; e fazer com que esses alunos que estão no processo de transformação já comecem no seu processo de formação com esse pensamento, para realmente ser um profissional diferenciado quando sair da instituição”, declarou.

O coordenador da Pastoral Carcerária em João Pessoa, padre Valdízio, declarou que a união entre sociedade e universidade é uma forma de dialogar e dar voz às pessoas dos presídios. “Para gente que tem fé, não existem coincidências, mas providências. Parece que Deus foi unindo tudo e as coisas se encaminharam para a gente estar aqui hoje com disposição e com um desejo muito forte de desmistificar essa ideia de presídio como um lugar de pessoas que não são pessoas”, disse.

# LOA privilegia água e ações estruturais

André Gomes

O orçamento para 2020 do Governo da Paraíba que tramita na Assembleia Legislativa (ALPB) prevê um aumento de recursos para todas as secretarias e também para os poderes em uma previsão de R\$ 11.872.020.067,00, sendo R\$ 8.482.131.979,00 para os gastos da máquina e R\$ 3.389.888.088,00 destinado a Seguridade Social. Entre as secretarias mais privilegiadas estão as de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente com elevação orçamentária de 110% e a de Governo com 18,25%.

Conforme a peça orçamentária encaminhada pelo governador João Azevêdo a ALPB, o secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Deusdete Queiroga, terá a disposição um total de R\$ 1.497.993.992,00. Em comparação com o valor destinado a pasta este ano, o acréscimo foi de R\$ 787.423.455. Já a Secretaria de Governo, comandada por Edvaldo Rosas, terá um orçamento de R\$ 2.319.758.528,00.

Quem também ganhou com as negociações realizadas com o governador João Azevêdo sobre a atualização dos repasses do duodécimo foram os poderes. Todos tiveram um incremento nas receitas para o próximo ano, sendo o maior repasse será para o Tribunal de Justiça que terá a disposição um total de R\$ 1.010.007.821,00, o que representa um acréscimo de 14,26% em relação ao orçamento deste ano no valor de R\$ 883.992.647,00.

A Assembleia Legislativa aparece logo em seguida com



Para 2020, O secretário Deusdete Queiroga vai comandar um dos maiores orçamentos do Estado

o segundo maior orçamento com R\$ 310.800.740,00; o Ministério Público com R\$ 269.927.239,00; o Tribunal de Contas do Estado com o total de R\$ 144.585.093,00 e a Defensoria Pública com R\$ 81.824.731,00.

Na mensagem enviada pelo governador João Azevêdo a ALPB, ele explica que o valor estimado no Projeto de Lei para o exercício financeiro de 2020, incluindo todas as receitas, inclusive das empresas independentes, com as deduções obrigatórias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), totalizam R\$ 12.709.879.610.

O governador garante ainda

que a proposta Orçamentária de 2020 cumpre a aplicação mínima exigida pela legislação pertinente quanto à manutenção às ações e serviços públicos de saúde.

"Esta Proposta de Lei Orçamentária é resultante de uma análise econômica e financeira, a partir de cenários macroeconômicos do Brasil e da Paraíba, como também, otimização das despesas correntes e melhorar a qualidade do investimento, onde a presente Proposta Orçamentária concilia os princípios da responsabilidade fiscal com a expansão e melhoria dos bens e serviços públicos disponibilizados à população. Esta opção garante a disciplina fiscal e financeira num cenário de incertezas econômicas e

macrofiscais", destacou João Azevêdo na Mensagem.

O texto também destaca que o Executivo, dentro de um esforço de gestão considerou para cada unidade orçamentária dentro dos limites financeiros disponíveis, em conformidade com a projeção de receita, um incremento médio de 3,95% com base no IPCA, ampliando os limites financeiros para todas as unidades e assim, permitir uma equidade orçamentária a realidade do Estado.

"Também, intensificamos a adoção de medidas voltadas para a ampliação das receitas, não apenas através da modernização e melhoria da gestão fiscal e do combate à sonegação, mas também com a busca de novas fontes de financiamento e de alternativas de estímulo ao crescimento da economia do Estado, como a participação da Paraíba no Consórcio Nordeste, como um novo modelo de governança frente aos desafios econômicos e político Nacional", disse o governador na mensagem.

## Apreciação

O orçamento para 2020 encaminhado pelo Poder Executivo está tramitando na Assembleia Legislativa e deverá ser discutida pelos deputados por meio de audiências públicas. O relator da matéria da Casa, indicado pela Comissão de Orçamento, será o deputado Tião Gomes (Avante).

# 15 crianças são reintegradas às suas famílias naturais em JP

Resultado é da segunda etapa das audiências concentradas promovidas pela 1ª Vara da Infância e da Juventude

A segunda etapa das audiências concentradas promovidas pela 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de João Pessoa, relativas ao mês de outubro, foi encerrada com um saldo de 114 crianças e adolescentes ouvidos. Desses, 15 crianças foram reintegradas às suas famílias naturais ou a seus parentes, com a devida expedição do Termo de Guarda e da Guia de Desligamento. As audiências começaram no início do mês, dia 1º, e aconteceram nas instituições de acolhimento da capital.

As oitavas das crianças e dos adolescentes foram presididas pelo juiz Adhailton Lacet Porto, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e gestor da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba (Coinju).

O magistrado, que também é vice-presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, sediado em Brasília, destacou que o saldo foi positivo. "As audiências concentradas permitem que possamos encontrar uma alternativa viável de reintegrar ou solucionar os casos dessas crianças e adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento", ressaltou.

Ele explicou que as oitavas dos acolhidos ocorrem em caráter excepcional e transitório, como também, as crianças e os adolescentes se encontram em instituições de acolhimento por algum motivo de violação dos seus direitos. "Essas audiências acontecem semestralmente, normalmente, entre os meses de março e outubro, a cada ano, com a análise trimestral, realizada pela equipe interprofissional da Vara, dos Planos Individuais de Atendimento (PIA) de cada criança e adolescente acolhidos", disse.

Participaram das audiências representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, integrantes das equipes multidisciplinares, equipes técnicas das casas de acolhida, Conselhos Tutelares, Cras e Creas, Secretarias Municipais da Saúde, Habitação e Assistência Social, Comissão de Defesa das Crianças e Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PB), assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, diretoras e professoras das escolas públicas, além de parentes e responsáveis pelos acolhidos.

## Instituições

As audiências concentradas aconteceram na Morada do Betinho, Casa Shalon, Casa Lar Maná, Fundação Padre Pio de Pietrelcina, Lar da Criança Jesus de Nazaré, Casa de Acolhida Feminina, Casa de Passagem, além das oito famílias acolhedoras existentes na capital.

# Projeto de Remição da Pena pela Música beneficia presos

Apenados da Cadeia de Piancó terão a oportunidade de aprender a tocar instrumentos como violão, cantar e participar do coral

A Cadeia Pública de Piancó passou a contar, desde o mês de setembro, com o Projeto de Remição da Pena pela Música, implantado por meio de uma parceria entre o titular da 1ª Vara Mista da Comarca, juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos, o defensor público Lucas Soares Aguiar e os músicos Antônio de Pádua Pereira Amâncio, Luiz Alberto de França e Erivaldo Salviano. Os apenados da unidade terão a oportunidade de aprender a tocar instrumentos como violão, cajon, zabumba ou triângulo, ou optar por ter aulas de canto e participar do coral.

Inicialmente, a previsão é que 15 apenados sejam beneficiados. Porém, o projeto já registrou a adesão de mais de 50% dos reeducandos que se encontram encarcerados na cadeia. Atualmente, a unidade conta com 38 apenados cumprindo regime fechado. De acordo com o magistrado Pedro Davi Alves, a medida atende à Recomendação nº 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que fundamenta a ampliação das possibilidades de remição da pena mesmo nos casos de atividades educacionais e profissionais não previstas expressamente na lei.

"Assim, considerando

a necessidade de se ampliar as alternativas para concretização da ressocialização, o projeto tem o objetivo de incentivar o reeducando na tentativa de proporcionar condições para sua integração social", destacou o juiz. As aulas ocorrem todas as terças, na unidade prisional, e são ministradas pelos instrutores. Em relação à remição, são aplicadas as mesmas regras do artigo 126 da Lei de Execução Penal (LEP), ou seja, redução de um dia de pena para cada 12 horas de frequência na atividade.

O diretor da Cadeia Pública de Piancó, Antônio Henrique, afirmou que, na unidade, também funcionam projetos de remição da pena pela leitura e pelo trabalho. "É importante perceber que o interesse em remir a pena já existe, porém, há, realmente, a vontade do reeducando de aprender algo novo e diferente. Muitos gostam de música, então, a procura tem sido enorme. É uma iniciativa que permite a ressocialização", salientou.

A primeira apresentação dos participantes do projeto de remição pela música está programada para acontecer em dezembro, durante um evento promovido pela Igreja Católica em Piancó.

**Novo endereço.** O Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública do Estado, na Capital, que funcionava na Av. João Machado, está de mudança e passará a funcionar, a partir de amanhã, no prédio da antiga Faculdade de Direito, na Praça dos Três Poderes.

## Projeto cria Comissão de Prevenção à Violência

O governador João Azevêdo encaminhou, ontem, projeto de lei à Assembleia Legislativa que dispõe sobre a criação da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), com o objetivo de mediar conflitos fundiários.

De acordo com o projeto, a comissão ficará vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e deverá ser informada pela Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social de todas requisições judiciais para cumprimento de mandados de reintegração/manutenção de posse, devendo manifestar-se sobre o Estudo de Situação elaborado pela Polícia Militar.

Entre outras ações, compete à COECV receber denúncias sobre quaisquer ameaças, atentados e atos de violência extrajudicial

em conflitos agrários; desenvolver estudos, projetos e ações para prevenir, combater e erradicar a violência no campo e na cidade, relativa a conflitos fundiários; estimular o diálogo e a negociação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada, com o objetivo de alcançar soluções pacíficas nos conflitos fundiários e agrários; elaborar um Plano Estadual de Enfrentamento à Violência no Campo e na Cidade, contendo as diretrizes para o cumprimento pelo Poder Executivo de decisões judiciais de reintegração/manutenção de posse.

A Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade será integrada pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), da Agricultura Familiar e Desenvolvi-

mento do Semiárido (Sedfs), do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap), da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer), da Polícia Militar. Também participarão da comissão representantes do Ministério Público do Estado, da Defensoria Pública do Estado, da Defensoria Pública da União e Superintendência Regional do Incra.

A comissão ficará vinculada à Sedh e deverá ser informada pela Sedh de requisições para cumprimento de mandados de reintegração/manutenção de posse

**Reunião.** O Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais promove hoje sua 34ª Sessão Ordinária, no Laguna Praia Hotel, em Tambaú, às 10h. Esta será a segunda vez os DPGs dos Estados se reúnem em João Pessoa. A primeira foi em setembro de 2017.

# Defensores terão correção no orçamento para o próximo ano

Na opinião do defensor geral, quem ganha é a população, pois o órgão é responsável por 90% dos processos na PB

**José Alves**  
zavieira2@gmail.com

Durante encontro do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) na manhã de ontem em João Pessoa, para discutir as deficiências e os avanços das defensorias em todo o país, o defensor público geral do Estado, Ricardo José Costa Souza Barros, anunciou que por vários anos o órgão teve o orçamento "congelado" para realizar seus trabalhos, mas afirmou que recebeu do governo paraibano a garantia de que no próximo ano vai ser aplicada no orçamento da Defensoria Pública da Paraíba a correção monetária, coisa que não acontecia desde o ano de 2014.

Ele disse, ainda, que na audiência que teve com o governador João Azevêdo, na Granja Santana, também conversou sobre concurso público para a categoria, que atualmente tem um grande déficit, principalmente por conta das aposentadorias.

"Na oportunidade conversamos também sobre a atualização da Lei Estadual da Defensoria Pública que está totalmente desatualizada diante das instituições nacionais, e o governador também foi solícito conosco e disse que vai enviar para a Assembleia Legislativa um novo projeto para atualização da Lei das Defensorias", disse Ricardo Barros, afirmando que a audiência com o governador, foi bastante positiva e que quem vai sair ganhando com tudo isso é a população, uma vez que a Defensoria Pública é responsável por 90% dos processos judiciais existentes na Paraíba.

O defensor público de Pernambuco e presidente do Colégio Nacional dos Defensores



Foto: Roberto Gusdes

Encontro reuniu defensores públicos de várias cidades do país para discutir as deficiências e os avanços dos órgãos. Objetivo foi aprimorar os serviços já feitos pelas defensorias

res Públicos do país, Fabrício Lima, afirmou que o encontro em João Pessoa teve a finalidade de discutir temas de fortalecimento institucional voltados para a melhoria dos serviços voltados à população. "Nosso objetivo foi difundir práticas exitosas pelas Defensorias Públicas de todo o Brasil para que a população vulnerável tenha acesso mais fácil e rápido à Justiça", afirmou.

Fabrício Lima informou ainda que também participou da audiência na Granja Santana com o governador João Azevêdo e mostrou a atual temática de trabalho que a Defensoria Pública brasileira

vem implantado nos estados da Federação, e disse que toda a categoria saiu bastante feliz com a receptividade do Governo do Estado em poder estender novas práticas para que a população paraibana muito em breve possa contar com serviços reformulados da Justiça com maior celeridade e maior eficácia.

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Pedro Paulo Coelho, declarou que as Defensorias Públicas vêm avançando bastante no Brasil com o fortalecimento dos membros, mas fez questão de dizer que as dificuldades ainda são gran-

des. "A Defensoria do Estado da Paraíba apesar de todo o trabalho da categoria merece uma maior valorização e nesse encontro tudo isso foi debatido porque a população em vulnerabilidade precisa muito do acesso a essa justiça", ressaltou.

A reunião do Colegiado Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) aconteceu na Laguna Praia Hotel na orla de Tambaú, onde se realizou a XXXIV Sessão Ordinária do colegiado. Esta foi a segunda vez que os defensores públicos gerais (DPGs) dos estados se reuniram em João Pessoa. A primeira foi

em setembro de 2017. No encontro, foram apresentados dois importantes sistemas que em breve serão adotados pelos Estados para melhorar a atuação das Defensorias Públicas. Um deles é o sistema Doutora Júlia, de automatização de petições, e o segundo é o programa Voxia, para de gravação de vídeos e audiências judiciais.

Outro ponto importante foi o acesso ao Sistema Central de Informações do Registro Civil (CRC), por meio do qual será possível acesso aos diversos cadastros de registro de nascimento, óbito e demais informações, instituído pelo

Provimento nº 46 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## O Condege

O Condege é uma associação civil de âmbito nacional que funciona como órgão permanente de coordenação e articulação dos interesses das Defensorias Públicas existentes no Brasil. É presidido atualmente pelo defensor público geral de Pernambuco, José Fabrício Lima Silva. Na Paraíba, a Defensoria Pública estadual tem como presidente geral o defensor público Ricardo José Costa Souza Barros, que coordenou o evento em João Pessoa-PB.

## ZIGUE-ZAGUE

Representantes de 16 estados e do Distrito Federal participaram na sexta-feira da 34ª Sessão Ordinária do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), no Laguna Praia Hotel, em João Pessoa.

Uma comitiva, encabeçada pelo defensor geral da Paraíba, Ricardo José Barros, foi recebida pelo governador João Azevêdo. Na pauta, a recuperação dos subsídios dos defensores públicos do Estado.

Damásio Dias - Interino

DE 5 A 9 DE NOVEMBRO

## MPPB faz 'Semana do Nupar'

Em quase nove anos (2011-2019), o Ministério Público da Paraíba viabilizou o reconhecimento de paternidade para mais de 5,2 mil crianças e adolescentes paraibanos, que eram filhos de "pais desconhecidos". Um direito que tem sido efetivado através do serviço gratuito do Núcleo de Paternidade (Nupar). Para estender a ação a outros, o MPPB vai promover uma semana de divulgação do

Nupar, a partir da próxima terça-feira (5/10) até o sábado (9/10). A programação inclui visitas a cartórios e maternidades da Capital e um mutirão para reconhecimento de paternidade, que será realizado dentro do evento "Justiça em Ação", que vai acontecer na Praça da Paz, na Capital.

A "Semana do Nupar" está sendo planejada pelo Centro de Apoio Operacional às Pro-

motorias Cíveis e de Família. A coordenadora do CAO, a promotora de Justiça, Liana Espínola Pereira de Carvalho, explicou que a equipe do CAO dará seguimento às ações da campanha de divulgação "Nupar: você conhece?", iniciada no último mês de agosto, quando vários cartórios do interior do Estado foram visitados. Foram distribuídos material de divulgação, o estreitamento da parceria

existente entre os cartórios e o MP, discutindo formas para melhorar o fluxo das informações.

"Os cartórios e as maternidades são os primeiros contatos das mães com o registro civil. São eles que recebem primeiro a informação de que a criança será registrada só com o nome da mãe, por exemplo. Queremos deixar material de divulgação do trabalho do Nupar nesses locais, para que a população saiba a quem recorrer em caso de falta de filiação no registro civil de nascimento" explicou a coordenadora do CAO.

**Visitas.** Na terça-feira, serão visitados três cartórios, nos bairros do Valentina e Mangabeira. No dia seguinte, a visita ocorrerá em um cartório do Brisamar e no Hospital Universitário, no Castelo Branco. Na quarta-feira, a equipe do CAO planeja ir a serviços localizados nos bairros dos Estados e Centro, e no Hospital da Polícia Militar, em Tambiá. Na quinta, serão visitados as maternidades Frei Damiano, em Cruz das Armas, e Cândida Vargas, em Jaguaribe, além de cartórios da



zona oeste, nos bairros de Cruz das Armas, Trincheiras e Varjão.

**30 audiências.** O mutirão do Nupar acontecerá na sexta-feira (8/10), quando deverão ser realizadas oitavas de, aproximadamente, 30 procedimentos de investigação de paternidade instaurados no Nupar. A equipe do CAO Cidadania estará à disposição da população para tirar dúvidas sobre o processo de reconhecimento de paternidade e atender eventuais demandas espontâneas que surjam em relação ao assunto, durante os dois dias do evento.

O "Justiça em Ação" será realizado pela Comissão Organizadora da Mediação Comunitária da OAB/PB, pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais do TJPB, através do Cejusc/João Pessoa, com participação do Ministério Público da Paraíba e da Defensoria Pública. O evento acontecerá nos dias 8 e 9 de novembro, das 8h às 16h, na Praça da Paz, no bairro dos Bancários, nesta Capital. Na oportunidade, a população terá acesso a vários serviços nas áreas médica, social, jurídica, cultural e de lazer.

### EM NÚMEROS

**5.225** reconhecimentos voluntários de paternidade foram feitos de 2011 a 2019:

<b>298</b>	em 2011
<b>1.263</b>	em 2012
<b>570</b>	em 2013
<b>1.122</b>	em 2014
<b>270</b>	em 2015
<b>398</b>	em 2016
<b>508</b>	em 2017
<b>632</b>	em 2018
<b>164</b>	em 2019 (dados parciais).

**3.539** exames de DNA foram realizados em parceria com o Hemocentro da Paraíba:

<b>154</b>	em 2011
<b>563</b>	em 2012
<b>542</b>	em 2013
<b>613</b>	em 2014
<b>336</b>	em 2015
<b>395</b>	em 2016
<b>330</b>	em 2017
<b>344</b>	em 2018
<b>262</b>	em 2019 (parcial).

## Bancários recebe Mutirão de Renegociação de Dívidas

O Governo do Estado, por meio da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PB), realiza no dia 8 de novembro, na Praça da Paz, no bairro dos Bancários, mais um Mutirão de Renegociação de Dívidas. A ação fará parte do evento Justiça Em Ação: Mediação Comunitária e Cejusc Cidadania, que será realizado conjuntamente pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Sesc e Senac.

O objetivo do evento é promover a democratização, o acesso à Justiça, restituindo ao cidadão e à comunidade a capacidade de gerir seus próprios conflitos de maneira participativa. O evento conta ainda com a participação das Secretarias Municipais e Estaduais, Banco do Brasil, Energisa e Cagepa.

A superintendente do Procon-PB, Késsia Cavalcanti, agradeceu o convite para o órgão agregar ao evento. "Esse convite surgiu através do histórico que o Procon Estadual tem conquistado por meio de ações e envolvimento em projetos voltados para as áreas de Educação Para o Consumo, Cidadania e Comunidade, bem como do alto índice de resolutividade aos consumidores referente às negociações de débitos, junto aos mais de 15 mutirões já concretizados dentro do estado da Paraíba", destacou.

Serviços de cidadania serão oferecidos aos moradores locais e de adjacências, que poderão ter acesso a atendimento médico, consumerista e atividades culturais. O evento começa às 8h e vai até as 16h. Na oportunidade será servido café da manhã, práticas esportivas, palestras educativas, dentre outras atividades.

# Órgãos unificam calendário para os "16 dias de ativismo"

Ações ocorrem de 25 de novembro a 10 de dezembro e são centradas no enfrentamento da violência contra mulheres

Sara Gomes  
saragomesilva@gmail.com

Para unificar o calendário de ações de todos os órgãos da Rede de Atenção à Mulher do Estado da Paraíba e chamar atenção da sociedade, o Núcleo Estadual de Gênero do Ministério Público da Paraíba realiza a campanha "16 Dias de Ativismo pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher", que acontece no dia 25 de novembro até dia 10 de dezembro. A abertura oficial será às 9h, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, do Ministério Público da Paraíba.

Para que as atividades não ocorressem de forma isolada, o Ministério Público da Paraíba convocou diversos órgãos públicos no âmbito do Núcleo de Gênero para interligar as ações da campanha, no qual serão realizadas em várias datas importantes, a exemplo do Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo fim da violência contra as mulheres (6 de dezembro), Dia Laranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres (25 de novembro) e Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

Entre os eventos programados estão a panfletagem em todo o Estado; sarau poético; reunião com Movimentos das Mulheres e com lideranças religiosas; audiência pública; "Dia do

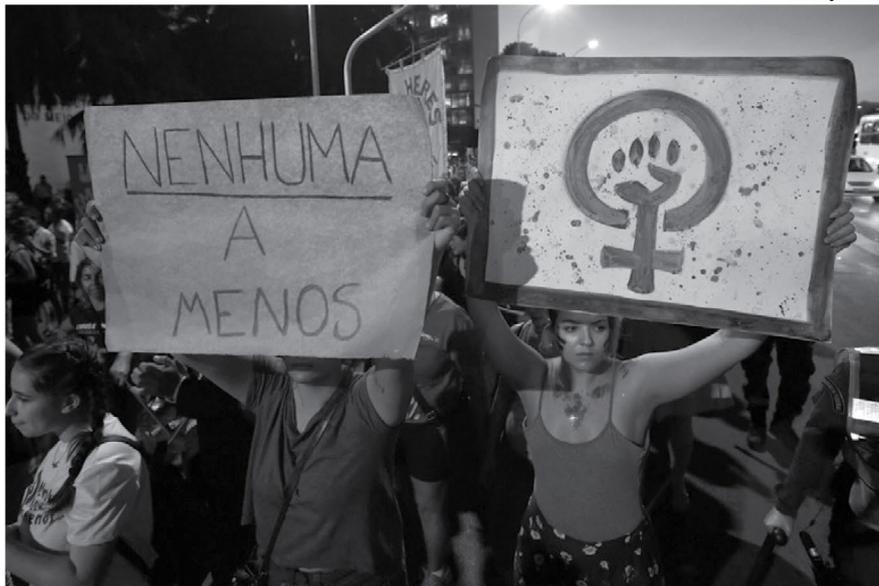


Foto: Agência Brasil

Rede de Atenção à Mulher do Estado da Paraíba já começou os preparativos e está convocando organizações para planejar toda a programação

Laço Branco"; homens pelo fim da violência contra as mulheres; Caminhada Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e panfletagem; blitz educativa em bares; e lançamento da Campanha "Violência contra a Mulher, aqui não", para condomínios residenciais.

A promotora de Justiça e integrante do Núcleo de Gê-

nero, Caroline Freire explica que o tema enfrentamento da violência contra a mulher será abordado sob perspectivas diferentes. "Pretendemos chamar a atenção da sociedade e mostrar a complexidade dessa violência, que exige uma atenção maior porque envolve muitos setores como a questão jurídica, psicológica, comportamen-

tal e até histórica. Nesse período iremos realizar seminários, audiências públicas, ações de panfletagens e reuniões com movimentos sociais de mulheres, para conscientizar as pessoas e que o respeito a mulher se torne algo natural", enfatizou.

Participarão da campanha a Assembleia Legislativa de João Pessoa, Câmara Mu-

nicipal, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem de Advogados do Brasil da Paraíba.

Ao ser questionada sobre os resultados do Núcleo Estadual de Gênero do Ministério Público da Paraíba, em menos de um ano de

funcionamento, Caroline Freire avalia que a expansão e implementação de políticas públicas para os municípios da Paraíba são os resultados mais significativos desde a criação em fevereiro de 2019.

## A campanha

A campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres" é uma mobilização global da sociedade civil que, no Brasil, dura 21 dias, pois inicia no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, e se encerra no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Esta mobilização global é apoiada pela campanha do Secretário-Geral da ONU "Una-se pelo Fim da Violência Contra as Mulheres", com o objetivo de sensibilizar, galvanizar o ativismo e compartilhar conhecimento e inovação para prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo.

Governos, sociedade civil, escolas, universidades, empresas, associações esportivas e as pessoas individualmente manifestam solidariedade às vítimas, às ativistas, aos movimentos de mulheres e às defensoras dos direitos humanos das mulheres para pôr fim à violência contra mulheres e meninas. As informações são da ONU Mulheres.